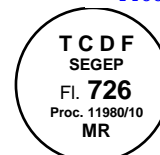




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEp – Secretaria de Gestão de Pessoas

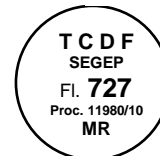


SITUAÇÕES DE ACUMULAÇÃO DE RENDIMENTOS		Nº DE CASOS
1	ACUMULAÇÃO DE DUAS APOSENTADORIAS	
1.1	Aposentadoria em cargo permanente no TCDF + aposentadoria em cargo efetivo de outro órgão público	5
1.2	Aposentadoria em cargo efetivo no TCDF + aposentadoria em cargo acumulável (professor ou médico) em outro órgão público	4
1.3	Aposentadoria no TCDF + aposentadoria pelo INSS ou fundo privado	2
2	ACUMULAÇÃO DE APOSENTADORIA COM PENSÃO	
2.1	Aposentadoria em cargo efetivo do TCDF + aposentadoria em cargo acumulável (professor ou médico) em outro órgão público + pensão do Montepio Civil da União	1
2.2	Aposentadoria em cargo efetivo do TCDF + pensão do Montepio Civil da União	1
2.3	Aposentadoria em cargo efetivo do TCDF + pensão civil no TCDF + pensão do Montepio Civil da União	1
2.4	Aposentadoria em cargo efetivo do TCDF + pensão civil no TCDF	3
2.5	Aposentadoria em cargo efetivo do TCDF + pensão civil em outro órgão	10
2.6	Pensão civil no TCDF + aposentadoria em cargo efetivo outro órgão público	18
2.7	Pensão civil no TCDF + aposentadoria em cargo efetivo outro órgão público + aposentadoria em outro órgão público, em cargo acumulável (médico ou professor)	1
2.8	Pensão civil no TCDF + aposentadoria pelo INSS ou fundo de previdência privado	14
3	ACUMULAÇÃO DE DUAS PENSÕES	
3.1	Pensão civil no TCDF + pensão do Montepio Civil da União	5
3.2	Pensão civil no TCDF + pensão do Montepio Civil da União + aposentadoria pelo INSS	1
3.3	Pensão civil no TCDF + pensão do Montepio Civil da União + aposentadoria em outro órgão público	2
3.4	Pensão civil no TCDF + pensão do INSS	2
3.5	Pensão civil no TCDF + pensão militar	1
4	ACUMULAÇÃO DE APOSENTADORIA COM REMUNERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO	
4.1	Aposentadoria em cargo efetivo no TCDF + remuneração pelo exercício de cargo em comissão em outro órgão	1
4.2	Aposentadoria em cargo efetivo no TCDF + remuneração pelo exercício de cargo em comissão no TCDF	2
4.3	Aposentadoria em outro órgão público + exercício de cargo em comissão no TCDF	5
5	ACUMULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CARGO EFETIVO COM PROVENTO DE APOSENTADORIA	
5.1	Remuneração de cargo efetivo no TCDF + provento de reforma militar	1
5.2	Remuneração de cargo permanente no TCDF + provento de aposentadoria em cargo efetivo em outro órgão	2
5.3	Remuneração de cargo efetivo acumulável (médico ou professor), em outro órgão + aposentadoria em cargo efetivo no TCDF	5
6	ACUMULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CARGO EFETIVO COM PENSÃO	
6.1	Remuneração de cargo efetivo no TCDF + pensão militar	1
6.2	Remuneração de cargo efetivo no TCDF + pensão do INSS	1
7	ACUMULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CARGO EFETIVO COM CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA (servidores cedidos)	
7.1	Remuneração de cargo efetivo em outro órgão + remuneração de cargo em comissão ou função de confiança no TCDF (cedidos por outros órgãos ao TCDF)	45
8	PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS ACUMULÁVEIS	
8.1	Remuneração de cargo efetivo no TCDF + remuneração do cargo de Professor ou Médico em outro órgão público	2



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



Processo nº 11.980/2010

Informação nº 05/2015 – SEGEP

Interessada: Secretaria de Gestão de Pessoas-SEGEP

Assunto: Acumulação de rendimentos e teto remuneratório. Sobrestamento dos autos. Acompanhamento do MS nº 26.974-DF.

Senhor Secretário-Geral de Administração,

O presente processo foi autuado na esteira do recadastramento dos servidores desta Corte, realizado nos exercícios de 2010 e 2011, quando foram detectados casos de percepção acumulada de rendimentos, alcançando servidores efetivos ativos, comissionados sem vínculo efetivo, requisitados, aposentados e pensionistas que recebem rendimentos em razão de diferentes vínculos funcionais.

02. Após análise de diversos setores da Casa, os autos foram a Plenário, havendo o Tribunal proferido a Decisão nº 34/2012 - AD, *verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I) tomar conhecimento das Informações nºs 061/2012-DRH e 41/2012-DGA(AP), bem como do Parecer nº 41/2012-CJP; II) **sobrestar a apreciação da matéria em pauta, até que sobre ela se manifeste o Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 26.974-DF ou em qualquer outro feito submetido ao crivo do Excelso Pretório**; III) determinar: a) à Diretoria-Geral de Administração que acompanhe a tramitação da regulamentação nacional do assunto em destaque, nos termos cogitados no Acórdão nº 564/2010-Plenário-TCU, bem como do Mandado de Segurança nº 26.974-DF no STF; b) a devolução do feito à origem, para os devidos fins.”(grifei).*

Instrução do Serviço de Legislação de Pessoal.

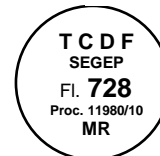
03. Desta feita, o Serviço de Legislação de Pessoal, por intermédio da Informação nº 1459/2014-SELEG (fls. 709/716), reapresenta os autos com o intuito de atualizar as informações acerca do andamento do Mandado de Segurança nº 26.974-DF e de outras ações judiciais que tratam de assunto semelhante.

04. Segundo informa o SELEG, no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Mandado de Segurança nº 26.974-DF, *que trata de questionamento sobre a validade jurídica de deliberação do TCU, que considerou que “Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal de 1988, é vedada a percepção de mais d uma aposentadoria à conta do regime de previdência*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



previsto no art. 40 da Carta Constitucional”, ainda não teve julgamento de mérito, encontrando-se concluso ao Relator desde 17.02.2009, com parecer da Procuradoria-Geral da República pela denegação da segurança, conforme podemos verificar do andamento anexado à fl. 105.

05. Quanto ao teto remuneratório em casos de acumulação de rendimentos/proventos, esclarece o titular do SELEG que os Recursos Extraordinários nºs 612975 e 602043 também não foram levados a julgamento de mérito, estando ambos conclusos aos respectivos Relatores, consoante andamentos acostados às fls. 106/107.

06. Releva salientar que o STF reconheceu a ocorrência de repercussão geral na matéria tratada nos recursos acima mencionados, no que pertine à aplicabilidade do teto remuneratório previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/03.

07. A instrução do Serviço de Legislação também dá notícia da existência de outros recursos com o mesmo objeto, a saber, os Recursos Extraordinários nºs 602584, 606358 e 609381, os quais também receberam exame preliminar de repercussão geral, ainda a aguardar decisão definitiva por parte do Supremo Tribunal Federal.

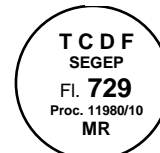
08. O titular do SELEG traz à colação o teor da Decisão nº 5732/2014, proferida no Processo nº 19.075/09, acerca de consulta formulada pelo Procurador-Geral do Distrito Federal sobre a legitimidade ou não da percepção simultânea de proventos de aposentadoria, vinculados a sistemas previdenciários distintos e pagos por distintas esferas de governo, por servidores abrangidos na previsão constante do art. 11 da EC nº 20/98, **verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer e negar provimento aos Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal- PGDF em face da Decisão n.º 3.034/2014, pois proferida com observância do decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 602.946, 463.028, 584.388 e 498.944, Agravo de Instrumento nº 799.716, Mandados de Segurança nºs 28711, 24664 e Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 708.176, pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos ROMS nºs 33.134, 33.171 e 38.682 e AgRG no AgRg no Recurso em Mandado de Segurança nº 33.100 e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos autos da ADI nºs 2010.00.2.020359-5 e 2013.00.2.017116-0; II – dar ciência desta decisão à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF e aos demais órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo distrital, alertando-os para os termos da jurisprudência do STF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



mencionada no item anterior, no tocante ao requisito para a cumulação de proventos (cargos acumuláveis na atividade); III – autorizar a devolução dos autos em exame à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para efeito de arquivamento. A Revisora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, seguiu, nesta assentada, o voto do Relator. O Conselheiro PAIVA MARTINS deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.”

09. A supracitada decisão retrata a jurisprudência prevalecente no STF, STJ e no TJDF, como aliás já havia entendido o Relator do processo em epígrafe, Conselheiro Renato Rainha, cuja ementa do voto condutor da Decisão nº 5732/14 encontra-se transcrita às fls. 712/713. Para facilitar o entendimento da matéria discutida naqueles autos foram anexadas a estes autos cópias das Decisões nºs 4906/10, 3034/14 e 5732/14, vistas às fls. 717/719, integrantes do retrocitado Processo nº 19.075/09.

10. Cabe recordar que a Decisão nº 4906/10 teve por juridicamente possível a acumulação de duas aposentadorias pagas por entes federativos distintos, desde que embasadas na ressalva constante do art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/1998, aplicando-se o teto sobre os proventos considerados "*de per se*", isto é, não tomados cumulativamente. Por sua vez, a Decisão nº 3034/14 reformou a Decisão nº 4.906/2010 para tornar sem efeito seu item I, considerando o que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 602.946, 463.028, 584.388 e 498.944, Agravo de Instrumento nº 799.716, Mandados de Segurança nºs 28711, 24664 e Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 708.176. Por fim, a Decisão nº 5732/14 negou provimento a embargos opostos contra a decisão anterior e reiterou a determinação de ciência dessas decisões a todos os órgãos jurisdicionados.

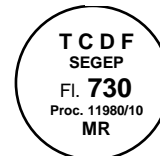
11. Finalmente, no que tange à determinação proferida pelo TCU no Acórdão nº 564/2010, no sentido de que fossem adotadas no âmbito de seus jurisdicionados providências para a aplicação do teto remuneratório, o SELEG dá notícia de que ainda não foram efetivadas todas as recomendações, especialmente aquela referente à implementação de sistema integrado de dados, instituído pela Lei nº 10.887/04, relativo às remunerações, proventos e pensões percebidos pelos servidores militares e civis, ativos, inativos e pensionistas, da União, Estados, Distrito federal e Municípios.

12. Nesse sentido, sugere o titular do SELEG que esta SEGEP seja autorizada a acessar o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos do GDF-SIGRH e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal-SIAPE, com a finalidade de permitir maior efetividade dos trabalhos de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEF – Secretaria de Gestão de Pessoas



averiguação de acumulações indevidas, a exemplo do que já acontece na área de controle externo deste Tribunal.

13. Sobre a sugestão supra, esta SEGEF informa que esse assunto poderá ser tratado em conjunto com a Secretaria de Fiscalização de Pessoal, logo após o desfecho das questões propostas a exame nestes autos.

14. Ao final da sua manifestação, o titular do Serviço de Legislação de Pessoal propõe que o Tribunal tome conhecimento do andamento, sem decisão de mérito, do MS nº 26.974-DF, da vinculação da Decisão TCDF nº 5732/14 ao presente processo e dos reflexos do Acórdão nº 564/10, do TCU. Sugere, também, o conhecimento das medidas adotadas em cumprimento ao despacho da Presidência, contido no Processo nº 2969/12, com a autuação individualizada de processos para análise dos casos de acumulação, bem assim dos recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida, citados no parágrafo quinto desta informação. E, finalmente que, caso a Administração entenda pertinente, que oriente esta Secretaria quanto as medidas cabíveis em relação à questão do teto remuneratório, nos casos de acumulações de rendimentos.

Da atualização das declarações de acumulação ou não acumulação de rendimentos.

15. No exercício de 2013, por força da Portaria TCDF nº 282/13, foi realizado novo recadastramento dos membros, servidores ativos, inativos e pensionistas, com vistas a atualizar os dados pessoais e funcionais e as informações referentes às situações de acumulação de cargos e rendimentos públicos. As declarações de acumulação foram analisadas no Processo nº 16.728/12 (aposentados e pensionistas) e no Processo nº 35.395/13 (membros e servidores em atividade).

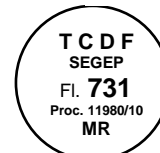
16. Na esteira do recadastramento, por determinação da Presidência do Tribunal, as situações de acumulação foram analisadas em tese, por hipótese de acumulação, nos autos do Processo nº 2969/12. Importa esclarecer que tais estudos tiverem por objetivo determinar em primeiro lugar a legalidade ou não das situações de acumulação de cargos e vínculos funcionais, com base na legislação e na jurisprudência aplicável a cada caso concreto, para ao depois avaliar a questão atinente ao teto remuneratório.

17. Importa ressaltar que não são todos os casos de dupla percepção de rendimentos que estão sujeitas ao somatório para fins do limite remuneratório, visto que há diversos casos de percepção de benefícios junto ao INSS ou a fundo de previdência privada. Além disso, em relação aos casos passíveis de cotejo, nem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEF – Secretaria de Gestão de Pessoas



todos atingem o teto remuneratório quando somados entre si. No quadro abaixo apresentamos um rol consolidado das situações de acumulação, excluídos os casos vinculados ao Regime Geral de Previdência Social:

Hipótese de acumulação	Quantidade	Obs.
Acumulação de duas aposentadorias	5	3 (três) casos sub-judice e 2 (dois) em fase de tramitação da opção por uma das fontes pagadoras. Os proventos estão sendo pagos apenas em uma das fontes.
Acumulação de proventos de aposentadoria com pensão	35	-
Acumulação de duas pensões	9	-
Acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo em comissão	8	-
Acumulação de remuneração de cargo efetivo com provento de aposentadoria	6	-
Acumulação de remuneração de cargo efetivo com pensão	1	-
Exercício de dois cargos efetivos acumuláveis	2	-
Servidores cedidos por outros órgãos. Percepção de remuneração de cargo efetivo na origem e de cargo em comissão ou função de confiança no TCDF	45	Somente 3 servidores atingem o teto remuneratório

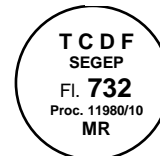
18. Após tomar formal conhecimento das situações de acumulação de cargos e rendimentos, bem como das informações prestadas por esta Secretaria de Gestão de Pessoas quanto à legalidade dos casos então constatados, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal, à época, determinou a autuação de processos específicos para análise individualizada de cada situação de acumulação constatada, anexando-se os comprovantes de rendimentos/proventos dos interessados em suas respectivas fontes de pagamento, os quais ora se encontram em fase de instrução.

19. Na sequência, esses processos individuais seriam submetidos à apreciação da alta direção da Casa com vistas a determinar se continuariam sobrestados os procedimentos de soma de valores e aplicação do teto remuneratório, ao amparo da Decisão nº 34/2012 – AD, transcrita no parágrafo 2 desta informação, ou se, em caso contrário, os servidores em situação de percepção cumulativa de rendimentos junto a diferentes fontes pagadoras seriam notificados quanto ao início da subsequente aplicação do abate-teto, nos casos em que tal providência viesse a se revelar necessária, facultando-lhes o prévio direito ao contraditório e à ampla defesa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEF – Secretaria de Gestão de Pessoas



Superveniência da Decisão nº 5732/14 – SO

20. Enquanto os processos individuais antes mencionados estavam sendo instruídos sobreveio o Memorando nº 115/2014-SS, de 26.11.2014 (fl. 720), encaminhando cópia da multicitada Decisão nº 5732/2014 (transcrita no parágrafo 8 desta informação) e alertando quanto aos termos da jurisprudência do STF atinente ao requisito para a cumulação de proventos (cargos acumuláveis na atividade).

21. Esta Secretaria de Gestão de Pessoas iniciou os procedimentos para dar cumprimento à determinação em pauta, tendo sido detectados 9 (nove) casos de acumulação de proventos/rendimentos na hipótese abrangida pela decisão em referência. Para fins de visualização, anexamos à fl. 721 quadro demonstrativo sintético das situações percepção concomitante de rendimentos em fontes diversas.

22. Surgiu dúvida, porém, em razão da anulação do item I da Decisão 3034/14, que havia tido por juridicamente possível a acumulação de duas aposentadorias pagas por entes federativos distintos, amparadas no art. 11 da EC nº 20/1998, e a possibilidade de aplicar-se o teto sobre os proventos considerados "de per si", isto é, não tomados cumulativamente, quanto à aplicação da determinação contida na Decisão Administrativa nº 34/12 (transcrita no parágrafo 2 desta informação), se o sobrestamento nela determinado estaria doravante prejudicado, no todo ou em parte, em face do que foi disposto na aludida Decisão nº 3034/14.

Superveniência de Acórdão no RE 609381

23. Sobreveio também a publicação do Acórdão proferido pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 609381, com repercussão geral reconhecida, no qual o Estado de Goiás questionava acórdão do Tribunal de Justiça local (TJ-GO) que havia impedido o corte de vencimentos de um grupo de aposentados e pensionistas militares que recebiam acima do teto. A decisão da Corte Constitucional pátria, publicada no DJE do dia 11/12/2014, foi exarada nos seguintes termos:

RE 609381 / GO

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS FUNCIONARIOS FISCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS - SINDIFISCO

ADV.(A/S) :AUTA DE AMORIM GAGLIARDI MADEIRA

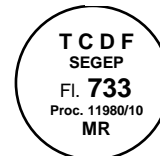
EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. TETO DE RETRIBUIÇÃO. EMENDA CONSTITUCIONAL 41/03. EFICÁCIA IMEDIATA DOS LIMITES MÁXIMOS NELA FIXADOS. EXCESSOS. PERCEPÇÃO NÃO RESPALDADA PELA GARANTIA DA IRREDUTIBILIDADE.

1. O teto de retribuição estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03 possui eficácia imediata, submetendo às referências de valor máximo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEF – Secretaria de Gestão de Pessoas



nele discriminadas todas as verbas de natureza remuneratória percebidas pelos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda que adquiridas de acordo com regime legal anterior.

2. A observância da norma de teto de retribuição representa verdadeira condição de legitimidade para o pagamento das remunerações no serviço público. Os valores que ultrapassam os limites pré-estabelecidos para cada nível federativo na Constituição Federal constituem excesso cujo pagamento não pode ser reclamado com amparo na garantia da irredutibilidade de vencimentos.

3. A incidência da garantia constitucional da irredutibilidade exige a presença cumulativa de pelo menos dois requisitos: (a) que o padrão remuneratório nominal tenha sido obtido conforme o direito, e não de maneira ilícita, ainda que por equívoco da Administração Pública; e (b) que o padrão remuneratório nominal esteja compreendido dentro do limite máximo pré-definido pela Constituição Federal. O pagamento de remunerações superiores aos tetos de retribuição de cada um dos níveis federativos traduz exemplo de violação qualificada do texto constitucional.

4. Recurso extraordinário provido.

A C Ó R D Ã O

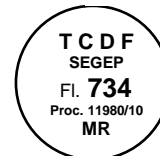
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, decidindo o tema 480, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencido o Ministro Marco Aurélio, que dava provimento ao recurso para assentar a nulidade e, posteriormente, vencido nesta fase, negava provimento ao recurso, no que foi acompanhado pelos Ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski (Presidente). O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do agravo regimental do amicus curiae Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas, SINDIFISCO, interposto da tribuna. Falaram, pela União, o Ministro Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, e, pelo amicus curiae Sindicato dos Funcionários Fiscais do Estado do Amazonas, SINDIFISCO, o Dr. Aluisio Xavier de Albuquerque, OAB/DF 1.918. Brasília, 2 de outubro de 2014. Ministro TEORI ZAVASCKI Relator”
DATA DE PUBLICAÇÃO DJE 11/12/2014 - ATA Nº 189/2014.
DJE nº 242, divulgado em 10/12/2014

24. De se notar que o RE nº 609.381, com repercussão geral, versou sobre situações de acumulação de proventos de aposentadoria em face de rendimentos de pensão. O referido recurso extraordinário foi interposto pelo Estado de Goiás contra acórdão do TJGO que, julgando mandado de segurança impetrado contra o Secretário Chefe do Gabinete Civil, havia concedido a segurança pleiteada por inativos e pensionistas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar daquela unidade da Federação, para determinar o afastamento dos descontos que vinham sendo efetuados nos respectivos proventos e pensões para fins de cumprimento do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



teto previsto no artigo 37, IX, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/03.

25. Agora, em face da decisão consubstanciada no Acórdão acima transcrito, ficou estabelecido pela Corte Suprema o entendimento de que o teto remuneratório é de eficácia imediata e a ele estão submetidas todas as verbas de natureza remuneratória percebidas pelos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda que adquiridas de acordo com regime legal anterior. Fica portanto pacificada a discussão em torno da hipótese de acumulação de proventos com pensão.

26. É bem verdade que ainda pendem de julgamento outros recursos, também com semelhante repercussão geral, tais como: RE 612.975 (percepção de pensão cumulada com remuneração); RE 602.043 (percepção de duas remunerações de cargo de médico ou professor); RE 606.358 (inclusão de vantagens pessoais no teto remuneratório).

27. No entanto, não se pode negar o caráter paradigmático e o amplo alcance do entendimento firmado pelo STF no Acórdão recentemente proferido no RE 609381. O próprio relator, e. Ministro Teori Zavascki, ressaltou a maior abrangência da questão de fundo tratada no recurso em referência, consoante excerto abaixo transcrito, extraído da parte inicial do respectivo relato:

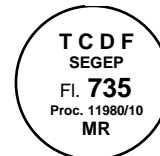
“Trata-se de controvérsia que, embora guarde semelhança com aquela versada no RE 606.358, Rel^a. Min^a. Rosa Weber, repercussão geral reconhecida (tema 257 – inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional 41/03), é mais ampla do que esta última. “....Realmente, enquanto naquele caso a investigação se limita a distinguir um dos efeitos da EC 41/03 (a inclusão das vantagens pessoais no teto), aqui a análise alcança todo e qualquer efeito potencialmente produzido pela EC 41/03, desde que provoque eventual redução nos vencimentos.” (destacamos)

28. Em face disso, cremos que a superveniência do entendimento consubstanciado no multicitado Acórdão emitido no RE 609.381 representa fato novo que justifica a reapresentação do assunto em pauta ao egrégio Plenário desta Corte, nos termos do item II da Decisão nº 34/12 – AD, que determinou o sobrestamento dessa matéria até que sobre ela se manifestasse o Supremo Tribunal Federal (vide transcrição no parágrafo 2 desta Informação).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



Dos critérios a serem aplicados provisoriamente para fins de somatório de rendimentos.

29. No entanto, antes de efetuar qualquer glosa nos rendimentos dos servidores ativos/inativos e pensionistas que serão alcançados pela citada decisão, se assim ocorrer, afigura-se de bom alvitre que sejam definidos os critérios que deverão ser adotados para o referido procedimento e, ainda, que cada interessado seja notificado previamente a fim de que sejam observados os princípios da segurança jurídica, do contraditório, da confiança jurídica e da razoabilidade, bem como para atualizar o comprovante de rendimento respectivo.

30. Nesse sentido, quanto aos critérios que devem nortear o somatório e a glosa de rendimentos percebidos em fontes diversas, para fins de aferição do teto remuneratório, poderia ser observado por simetria o procedimento disposto na Instrução Normativa nº 01, de 27 de outubro de 2011, adotada pelo Governo do Distrito Federal e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (fls. 722/725), que assim dispõe em seus arts. 5º e 6º, **verbis**:

“Art. 5º Na percepção cumulativa de remuneração e proventos de aposentadoria e pensões, de qualquer origem, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, ressalvado o disposto no art. 4º desta Instrução Normativa, deverá ser considerada a soma, entre si, para efeito da aplicação do teto retribuição, efetuando-se as glosas que excederem o referido limite nas seguintes condições e hipóteses:

I – na remuneração ou provento correspondente à matrícula mais recente, quando se tratar de duas remunerações ou proventos pagos pelo Distrito Federal;

II – na remuneração ou provento pago pelo Distrito Federal, quando cumulados com remuneração ou provento pagos por qualquer outro ente da federação, desde que a matrícula correspondente ao cargo do Distrito Federal seja mais recente, descontados os valores eventualmente já glosados pelo outro ente federativo a título de teto remuneratório.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II, o limite remuneratório a ser aplicado é o maior teto entre os vigentes nos entes federativos em que o servidor mantém vínculo.

§ 2º Quando a matrícula correspondente ao cargo ocupado no Distrito Federal for mais antiga do que a do outro ente da federação, deverá ser aplicado o limite remuneratório previsto no art. 1º desta Instrução Normativa apenas em relação ao cargo ocupado no Distrito Federal.

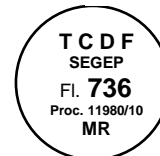
§ 3º Caberá à unidade de gestão de Pessoas do órgão ao qual o servidor for vinculado cadastrar as informações relativas ao cargo ocupado em outro ente da federação, no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, para fins de aplicação do teto de remuneração aos servidores enquadrados no inciso II e no parágrafo anterior.

Art. 6º Ao servidor requisitado pelo Distrito Federal, os descontos serão feitos na remuneração do cargo em comissão ou função de confiança,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



considerando-se o somatório das remunerações percebidas nos diversos entes federativos, devendo ser aplicado o limite de retribuição que for maior, entre aqueles vigentes no ente federativo cedente e no cessionário, descontados os valores eventualmente já glosados pelo outro ente federativo a título de teto remuneratório.

Parágrafo Único. Quando o servidor do Distrito Federal for cedido para outro ente da federação, será aplicado o teto de retribuição previsto no art. 1º desta Instrução Normativa apenas em relação ao cargo efetivo ocupado no Distrito Federal.”

31. Pelo que se pode verificar na orientação antes reproduzida, diante da ausência de norma regulamentadora de caráter nacional, a unidade central de administração de pessoal do Governo do Distrito Federal adotou como regral o critério efetuar a glosa na **matrícula mais recente**.

32. Nos casos em que as duas matrículas referem-se a vínculos funcionais vinculados ao Distrito Federal o excedente é apurado nos rendimentos auferidos em razão da matrícula (vínculo) mais recente. Nas situações de acumulação de provento ou remuneração abrangendo o DF e outro ente da federação, a glosa é feita na matrícula do DF, caso seja mais recente, descontados os valores já glosados no outro ente, sob o mesmo título. Se a matrícula mais antiga for a do DF, e não do ente da federação, o teto remuneratório será aplicado apenas em relação ao cargo ocupado no Distrito Federal, adotando-se em qualquer caso o limite remuneratório que for maior entre os aplicáveis a cada caso concreto.

33. Esses critérios podem incidir tanto sobre as situações de acumulação de proventos e remuneração, de proventos com pensão, como também para os casos de percepção de remuneração no órgão de origem cumulada com remuneração de cargo em comissão ou função de confiança nesta Corte, ou de proventos com remuneração pelo exercício de cargo em comissão, situações nas quais os descontos serão feitos na remuneração do cargo em comissão ou função de confiança, considerando-se o somatório das remunerações recebidas, aplicando-se o limite da maior retribuição, descontados os valores já glosados pelo outro ente federativo, a título de teto remuneratório.

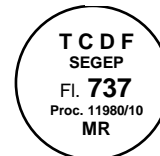
Por todo o exposto, manifestando-me de acordo com as sugestões apresentadas pelo Serviço de Legislação de Pessoal, submeto os autos à superior consideração de Vossa Senhoria, **opinando** no sentido de que:

- a) seja dado conhecimento à Alta Administração da Casa do andamento do Mandado de Segurança nº 26974-DF e dos Recursos Extraordinários nºs 602043, 602584, 606358 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



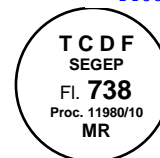
612975, os quais motivaram o sobrestamento da matéria em pauta, especialmente quanto à aplicação do teto remuneratório nos casos de acumulações de remunerações e/ou proventos, ressaltando que **todos estão sem julgamento de mérito**, o que poderia ensejar a manutenção do sobrestamento da análise da matéria em apreço, nos termos da Decisão nº 34/2012;

- b) do mesmo modo, seja seja dado conhecimento à Alta Administração da Casa da superveniência do Acórdão proferido no RE 609381, com repercussão geral, no qual o Supremo Tribunal Federal, ao tratar de questionamento suscitado por servidores beneficiários de percepção cumulativa de aposentadorias e pensões, firmou orientação no sentido de que *“O teto de retribuição estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03 possui eficácia imediata, submetendo às referências de valor máximo nele discriminadas todas as verbas de natureza remuneratória percebidas pelos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ainda que adquiridas de acordo com regime legal anterior.”*;
- c) considerando o teor da recente Decisão nº 5732/2014, da qual a SEGEDAM foi cientificada por intermédio do Memorando nº 115/2014-SS, seja levado ao conhecimento da direção do Tribunal os procedimentos que esta SEGEP vem efetuando a fim de dar cumprimento ao *decisum* em pauta, com o levantamento de todos os casos de acumulação lícita de rendimentos/proventos, bem assim com a autuação individualizada de processos, os quais encontram-se em fase de instrução/tramitação, no aguardo da definição dos critérios a serem utilizados para proceder a glosa nos rendimentos;
- d) seja avaliada pela Administração da Corte a conveniência e oportunidade de se estender o procedimento de apuração de valores aos demais casos de acumulação lícita de cargos, não abrangidos pela Decisão nº 3034/14 nem pelo entendimento firmado em caráter geral pelo STF no RE 609381, demonstradas no quadro de fl. 721, ou se as referidas hipóteses ficarão sobrestadas, ao amparo da Decisão nº 34/2012-AD , até a conclusão definitiva do MS nº 26974-DF; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



- e) em sobrevindo deliberação pela aplicação linear do somatório para fins do limite constitucional, nos casos em que for cabível, que sejam definidos os critérios que deverão ser observados para se proceder às glosas dos rendimentos/proventos que ultrapassarem o teto remuneratório, adotando-se, por simetria, o contido na Instrução Normativa nº 01/2011, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, devendo, em qualquer caso, ser providenciada a prévia notificação dos interessados, tendo em conta os princípios da segurança jurídica, do contraditório e da proteção da confiança.

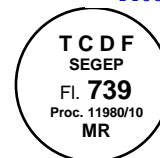
Brasília (DF), 12 de janeiro de 2015.

ARIEL DIAS LIMA
Secretário de Gestão de Pessoas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas



Processo nº 11.980/2010

Informação nº 05/2015 – SEGEP

Interessada: Secretaria de Gestão de Pessoas-SEGEP

Assunto: Acumulação de rendimentos e teto remuneratório. Sobrestamento dos autos. Acompanhamento do MS nº 26.974-DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Acolhendo as informações prestadas pelo Serviço de Legislação de Pessoal (fls. 709/716) e pela Secretaria de Gestão de Pessoas (fls. 727 a 738), submeto os presentes autos à superior consideração de V. Ex^a, opinando pela adoção das providências sugeridas nos itens “a” a “e” das fls. 737/738.

Respeitosamente.
Em 12.01.2015.

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Secretário-Geral de Administração

À Consultoria Jurídica, para exame e manifestação.
Em 12.01.2015.

RENATO RAINHA
Presidente